

Adunicamp

INDICATIVO DE PARALISAÇÃO

RELAÇÕES PERIGOSAS

A dimensão que ganhou o incidente ocorrido no último dia 4 de setembro nas proximidades do IFCH, entre dois docentes da Unidade e policiais militares, é prova de que a Universidade não pode adotar soluções apressadas para uma questão delicada e complexa como essa. Se o número de delitos registrados no *campus* nos últimos tempos atingiu proporções alarmantes, cabe à Universidade fazer diagnósticos sobre a situação e definir um plano de segurança adequado ao perfil da instituição. As medidas de segurança adotadas pela administração não atendem a esse pré-requisito. Já é tempo de avaliarmos os custos e a eficácia da segurança terceirizada que faz a guarda permanente do *campus* e a fiscalização nas guaritas. Quanto às rondas diárias de viaturas da Polícia Militar, mesmo que a prefeitura apresente dados que demonstrem resultados positivos quanto à redução de determinados delitos, elas geram situações que podem desencadear incidentes ainda mais graves.

O que mais nos surpreende é a posição que a Reitoria e a Prefeitura vêm assumindo em relação ao fato ocorrido no IFCH. O ofício do prefeito ao comandante da 3ª Cia, lamentando o incidente e elogiando a conduta da polícia, certamente motivou os soldados envolvidos a registrarem Boletim de Ocorrência contra os docentes. Como membro da Administração Central da Universidade, o prefeito deveria, pelo menos, ter ouvido os professores antes de emitir qualquer opinião a respeito do fato. Como ressalta o documento da Congregação do IFCH, essa atitude “fere um preceito de conduta básico, requisito mínimo da vida democrática”, que é ouvir as partes envolvidas antes de emitir qualquer julgamento. Além disso, a Reitoria constituiu uma Comissão de Sindicância e está convocando os professores para “prestar declarações a respeito dos fatos”. Avaliamos essa medida como um ato de profundo desrespeito, não apenas aos dois docentes envolvidos nessa situação constrangedora, como a toda comunidade universitária.

Por fim, a iniciativa de solicitar a presença cotidiana da PM na UNICAMP, que parece não estar apoiada em nenhuma deliberação do CONSU, fere a autonomia universitária. Num passado ainda recente, os *campi* universitários eram reconhecidos pela comunidade como território livre. Não podemos, sob pretexto de garantir a segurança na Universidade, trazer para o seu interior uma instituição ligada ao aparato repressivo do Estado, sem a definição de critérios que delimitem sua atuação quando necessária. Portanto, é o momento de iniciarmos um amplo debate que envolva os três segmentos da comunidade para definir um plano de segurança para a Universidade que considere as nossas peculiaridades, as nossas necessidades, e que respeite o princípio da autonomia universitária garantido pela Constituição Federal.

Durante reunião realizada no último dia 24 de setembro, o Fórum das Seis acatou o indicativo de paralisação no próximo dia três de outubro, proposto pela ADUNICAMP. O STU, em Assembléia no dia 20/09, também aprovou o indicativo. Agora, as entidades que compõem o Fórum vão definir, em Assembléias, se querem realizar o dia de paralisação. A Assembléia Geral da ADUNICAMP será na próxima terça-feira (02/10).

O dia três de outubro foi escolhido para coincidir com a realização da “2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção do Ensino Público”. O evento será em Brasília e reúne várias entidades, como ANDES-SN, FASUBRA e UNE. A paralisação, com atividades no campus, é uma forma de pressionar o CRUESP a definir uma política salarial ainda para este semestre. E de realizar manifestações em defesa da universidade pública gratuita de qualidade, e da autonomia universitária.

O CRUESP dá mostras de que não pretende negociar de fato. Na última Reunião de Negociação (05/09), não houve nenhum avanço. Os reitores estacionaram na defesa de um patamar político de 24,6 bilhões de reais de arrecadação de ICMS como limite, a partir do qual, poderão conceder reajuste salarial neste semestre. Além disso, a atual fórmula de reajuste, que começou a ser empregada na vitoriosa Campanha Salarial do ano passado, deve ser abandonada pelo CRUESP. Uma maneira encontrada pelos reitores de eliminar uma metodologia que expõe as verdadeiras intenções da instituição. O CRUESP somente manifestou a pretensão de realizar uma nova Reunião de Negociação em outubro, apostando na desmobilização da categoria.

Precisamos continuar mobilizados. Não podemos ceder ao jogo do CRUESP. Esse é o momento de demonstrarmos nossa disposição de luta.

**TODOS À ASSEMBLÉIA DO
DIA 02/10.**

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 02/10, terça-feira, às 12 horas, na sede da ADUNICAMP.

Pauta: indicativo de paralisação, com atividades no campus, no dia 03 de outubro.

COMPAREÇA!

CONGREGAÇÃO DO IFCH APROVA MOÇÃO EXIGINDO EXONERAÇÃO DO PREFEITO

No dia 4 de setembro de 2001, os professores Angela Araújo e Sérgio Silva, ao se depararem com uma viatura policial estacionada no IFCH buscaram se informar das razões da presença dos policiais no Instituto. De forma polida, fizeram suas indagações aos dois soldados da PM que, por sua vez, responderam de forma pouco amistosa. Um dos soldados reagiu de forma grosseira levantando a voz e ao entrar na viatura retirou o revólver do coldre, apontando-o para cima. Retirando-se dali, os policiais queixaram-se ao Prefeito do *campus*, que no mesmo dia escreveu ao Capitão da guarnição em apoio às atividades da PM no *campus*. Os soldados, em seguida fizeram um Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia acusando os dois docentes de terem praticado “crime de injúria”, ao qual anexaram a referida carta do Prefeito. Nos dois dias que se seguiram, os dois policiais militares retornaram ao IFCH, permanecendo ali por várias horas, numa ronda ostensiva e intimidatória.

Diante destes fatos, a Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reunida em sua 66ª Sessão Extraordinária neste último dia 26 de Setembro de 2001, decidiu manifestar sua indignação face a:

1) a atitude do Prefeito do *campus* Universitário que, sem ouvir os docentes acima referidos, enviou carta ao Capitão Comandante da 3ª Compa-

nhia de Campinas lamentando “profundamente” o ocorrido e parabenizando um dos soldados envolvidos no episódio bem como a PM pelas atividades desenvolvidas no *campus*. Esta atitude é inaceitável pois fere um preceito de conduta básico, requisito mínimo da vida democrática, de ouvir os docentes envolvidos antes de tomar qualquer atitude;

2) a atitude da Reitoria que, procurada pela Direção do IFCH, escolheu tomar a posição, nos contatos que manteve com o Comandante da Polícia Militar de Campinas, de garantir a permanência da ronda da PM no *campus*, não assumindo uma posição de defesa dos docentes, membros da comunidade universitária que dirige. Aparentemente a Reitoria preferiu garantir incondicionalmente a presença da PM no campus, ao invés de considerar os acusados inocentes até prova em contrário. Assistimos assim, uma vez mais, o desrespeito dos preceitos mínimos da vida democrática (considerar os acusados inocentes até provem o contrário) que deveriam ser cultivados na vida universitária.

Considerando que a atitude da Reitoria chocou profundamente a comunidade do IFCH, a Congregação decide exigir explicações de tal conduta.

Considerando, ainda, inaceitável a atitude do Prefeito do *campus*, a Congregação decidiu exigir a sua exoneração imediata do cargo.

CONGREGAÇÃO DO IFCH COBRA ESCLARECIMENTOS DA REITORIA SOBRE A PRESENÇA DA PM NO CAMPUS

Ao Magnífico Reitor da Unicamp
Prof. Dr. Hermano Tavares

Ao Conselho Universitário da Unicamp

A Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reunida em sua 66ª Sessão Extraordinária neste último dia 26 de Setembro de 2001, vem por meio desta requerer averiguação sobre uma presumida resolução do Consu acerca da presença da Polícia Militar no *campus* desta Universidade. Sendo este o caso, gostaríamos de obter esclarecimentos sobre a data desta resolução, bem como sobre os termos pelos quais se rege o efetivo acordo entre a Universidade e aquela corporação.

Em qualquer circunstância, é decisão desta Congregação pedir inclusão em pauta para a próxima reunião do Consu de um item considerado imprescindível e inadiável, relativo ao problema complexo da manutenção da segurança no *campus*.

Ao confiar a segurança da comunidade universitária aos préstimos da Polícia Militar, o problema da segurança, inegavelmente delicado, tem em nosso entender recebido

por parte das instâncias administrativas do *campus* uma apreciação equivocada, e isto por duas razões:

1) a presença da Polícia Militar no *campus* fere um princípio consuetudinário absolutamente consagrado na Universidade brasileira e internacional, cuja transgressão sempre implicou, e vem recentemente implicando, flagrante desrespeito aos mais intangíveis direitos civis. Trata-se portanto de princípio de autonomia universitária que deve ser diligentemente observado, e não apenas por razões abstratas, mas por encerrar ensinamentos preciosos para a convivência democrática no país;

2) por mais defensáveis que possam eventualmente ser os propósitos alegados para a convocação da Polícia Militar, é imperativo reconhecer que esta corporação não possui os requisitos básicos para o manejo eficiente das questões de segurança peculiares à vida do *campus*.

Assim sendo, esta Congregação posiciona-se por um reexame aprofundado, de cunho público, para que a comunidade, dispondo das informações necessárias, possa refletir e decidir a respeito desta grave questão. A Congregação do IFCH manifesta desde logo a sua posição contrária à presença da Polícia Militar no *campus* da Unicamp.

POLICIAIS E PROFESSORES NA UNICAMP

Roberto Romano*

“Aqui se entra apenas com o vestibular”, disse um grande reitor quando militares o avisaram sobre iminente invasão do campus. Estava certo o Magnífico, pois as forças policiais arrancavam professores, alunos e funcionários do trabalho para conduzi-los à morte na tortura. Ou rumo a insultos humilhantes. Causa vergonha em todo docente que se respeita o tratamento dado ao venerado professor João Cruz Costa, da USP, obrigado a recitar o Hino Nacional, como prova de que não era subversivo. Faz enrubescer a face moral dos campi recordar que dirigentes universitários cediam carros oficiais para que integrantes do mundo acadêmico fossem levados às dependências da Oban, do Dops, e de outros mecanismos de imposição tirânica. O Livro Negro da USP narra apenas algumas das coisas escabrosas a que foi submetida a vida acadêmica. Esta história horripilante marcou a alma dos que sofreram atrocidades naquele período. Prisioneiro durante bom tempo, verifiquei na carne o que significa não existir proteção legal num país onde o arbítrio da polícia definia toda a vida.

Assim, não posso deixar no vazio algo que se passa na Unicamp neste momento. No dia 4 de setembro último, dois policiais armados apresentaram-se na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) com livros a serem devolvidos. Tais livros foram retirados por um aluno da Unicamp e deveriam retornar ao domínio público desde novembro de 1999. O fato é uma irregularidade evidente. O estudante faltoso deveria entregar os volumes. Caso contrário, correta procuração precisava ter sido feita por ele, inclusive para receber penalidades e para ressarcimento dos danos causados aos bens estatais. Tal ilícito já mostra que o ocorrido a seguir exigia prudência, pelo menos isto, dos dirigentes universitários.

Abordados por dois professores da Unicamp, os policiais, segundo os docentes, se irritaram. Quando ouviram a terrível história que menciono acima, sobre o quanto é dolorosa na memória universitária a presença de milicianos armados no campus, um deles, ainda segundo os docentes, sa-

cou a arma como intimidação. Os policiais retornaram ao local dois dias após, indicando que sua presença seria inelutável. Apesar disto, deram queixa em Delegacia de Polícia por “injúria” praticada pelos docentes. Estes estão ameaçados de processo, como se criminosos fossem. A vice-diretora do IFCH oficiou ao Prefeito da Cidade Universitária, buscando esclarecimentos. Sem levantar os fatos, o dirigente preferiu solidarizar-se com os policiais, enviando ofício ao Comandante da 3ª Companhia da PM, lamentando “profundamente o incidente” e manifestando “o total apoio às operações que a Polícia Militar vem desenvolvendo e parabenizar tanto este soldado quanto os demais pelas atividades no interior do campus”. Suponhamos que os policiais em questão estivessem certos. Se outros, em situações previsíveis e reconhecidas de indisciplina e abuso de autoridade, admitidas em muitos casos pela própria direção da PM, agissem de modo truculento? Como, sem investigar, saber a verdade? O prefeito da Unicamp, ao solidarizar-se com os policiais, foi rápido em demasia.

Existem bons soldados. Os que agiram contra os docentes podem integrar este número. Mas existem bons soldados que se descontrolam. Se eles se descontrolam, devem ser advertidos pelos superiores. Existem bons professores que se descontrolam e devem ser advertidos pela universidade. Antes de punir ou elogiar uns ou outros, manda a prudência, manda o respeito, manda a dignidade profissional que se escute, com detalhes, todos os lados. O Prefeito do Campus preteriu e desprezou seus pares antes de ouvi-los. A sua prepotência deve ser recusada pela comunidade acadêmica. É correta a máxima do excelente reitor: na universidade, não se entra com armas, mas apenas pelo vestibular.

* Roberto Romano é professor titular MS6 do IFCH.

Este texto também foi publicado no jornal “Correio Popular”, na edição de 25/09/01.

2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

dia 3 de outubro / Brasília - DF

“OU A GENTE MARCHA, OU A GENTE DANÇA”

ATO PÚBLICO EXIGE JUSTIÇA

Justiça! Justiça! Justiça! Essas palavras de ordem marcaram o “Ato Público pelo Fim da Impunidade e da Violência”, que foi realizado no último dia 24/09, no Largo do Rosário, em Campinas. Durante mais de três horas, pelo menos cinco mil pessoas, de acordo com levantamento feito pela Polícia Militar, deram grito de indignação ao assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, e à escalada da violência na cidade.

O Ato foi organizado pela Prefeitura Municipal e teve o apoio da ADUNICAMP e de vários segmentos da sociedade. Com características pluripartidária e ecumênica, reuniu personalidades da política nacional, representantes de diversas entidades e instituições e a família do prefeito assassinado. Todos exigindo uma apuração rigorosa e meticulosa do crime e buscando sensibilizar o governo do Estado para a questão da escalada da violência na Região Metropolitana de Campinas.

Alguns discursos apontaram para a extrema necessidade de se rever a atual política econômica, adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Política que privilegia os interesses dos agentes do capital em detrimento dos trabalhadores, aumentando a exploração e a miséria. Nessa lógica, a falta de investimentos em setores essenciais da sociedade, como saúde e educação, a submissão total à normas impostas pelo Fundo Monetário Internacional e o desemprego contribuem para o crescimento acentuado da violência.

A iminência da primeira guerra mundial do século XXI também foi lembrada durante os pronunciamentos. Os ataques terroristas sofridos pelos Estados Unidos, um dia depois do assassinato de Toninho, e a provável retaliação aos atentados, colocam em risco a paz mundial.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) prometeu aumentar o efetivo da PM em Campinas, com



A concentração começou por volta das cinco da tarde.



Famílias do prefeito assassinado e autoridades políticas.



Manifestantes exigindo justiça.

a abertura de concurso público. Mas ainda sem data definida. E passados quase vinte dias do assassinato do prefeito (10/09), a polícia ainda não encontrou os autores do crime.

ADUNICAMP DISPONIBILIZA ÔNIBUS PARA A MARCHA A BRASÍLIA

Os próximos dias dois e três de outubro serão de protestos na capital federal. Na terça-feira (02/10), será realizada passeata com atos no Ministério do Trabalho e Palácio do Planalto, organizada pela CUT. O movimento busca pressionar o presidente Fernando Henrique Cardoso a conceder uma audiência aos servidores públicos federais.

Já na quarta-feira (03/10) vai ocorrer a “2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública”, com o lema: “ou a gente marcha, ou a gente dança”. A Marcha é organizada por várias entidades, entre elas ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE. A ADUNICAMP está disponibilizando ônibus de Campinas a Brasília para os interessados em acompanhar a Marcha.

